

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data: 22 de Novembro de 2017.

Horário: 13:30h as 17:00h

Local: Auditório da Prefeitura de Pomerode (Rua XV de novembro n. 525 – Centro)

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da memória da reunião anterior.
2. Roda de Conversa com Ismael de Córdova – Diretor Estadual e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS
3. Avaliação do evento Roda de Conversa: a intersetorialidade e o trabalho social com famílias.
4. Informações sobre o planejamento 2018.
5. Informes.

O Presidente fez a abertura agradecendo a presença do Diretor Estadual e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Ismael de Córdova e informou que Beatriz está participando no Colegiado de Assistência Social da Fecam, impossibilitando sua participação na reunião deste Colegiado.

1 – Aprovação da memória anterior

Relatores:

Descrição: Sendo que nenhum participante realizou observações referente a memória, a mesma foi aprovada sem alterações.

2 - Roda de Conversa com Ismael de Córdova

Relatores: Maria Eunice Malacarne Bernat

Descrição: O Presidente e Vice Presidente, Santiago e Patrícia convidaram Ismael a sentar-se a mesa de coordenação dos trabalhos, que agradeceu o convite e disse ser extremamente importante participar junto ao colegiado. Destacou que mesmo com dificuldades para liberação do transporte de Florianópolis a Pomerode, por questões financeiras, ele viria de qualquer forma. Mencionou que seu perfil de trabalho é estar próximo aos municípios, que sabe o quanto é importante a presença do Estado, pois já atuou na ponta no Serviço de Acolhimento em Lages. Em seguida trouxe informações a cerca da SST/DIAS, sendo destacado:

- O governo atual assumiu a secretaria com o orçamento 2017 já aprovado e que o mesmo não contempla o necessário para a execução da política de assistência social;
- O Núcleo de Educação Permanente do SUAS, acompanhado e subsidiado pela Gestão do Trabalho/SST está discutindo a formatação do Capacita SUAS para o ano de 2018 e um dos pontos a serem modificados será o número de Pólos passando de 04 para 08. Outro fator destacado foi a participação das Instituições de Ensino no Núcleo que contribuem na discussão de temáticas e na busca de formatação mais adequada quando da aplicação dos cursos;
- Gerência de Benefícios: realizada capacitação para gestores de formulários do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, com o objetivo de contribuir com a melhoria do trabalho realizado pelos municípios;
- Gerência Especial: ampliação de capacitação sobre Ações Estratégicas do PETI, com 03 encontros no ano e ainda o lançamento do Diagnóstico da Infância e Adolescência em Santa Catarina, elaborado pelo Dr. André Viana Custódio que aborda o Trabalho Infantil no estado que será apresentado em 2018.

- Gerência de Proteção Básica: destacou as visitas realizadas nos municípios, fomentadas por denúncias. Explicitou que pelo quadro de trabalhadores na SST ser limitado e insuficiente dificulta o acompanhamento em loco.

A SST está olhando as questões estruturantes para o suporte aos municípios. Hoje são 20 (vinte) técnicos divididos em 08 (oito) gerências e sem previsão para concurso público, tendo em vista que 2018 é ano eleitoral.

- Sistema Estadual Informatizado: em uma das reuniões do FONSEAS, houve a apresentação de um sistema informatizado do Estado de Rio Grande do Norte que em parceria com a EMATER – RN desenvolveram o sistema e disponibilizaram gratuitamente aos Estados. No início de novembro a Diretoria de Assistência social/Gerência de Monitoramento realizou o aceite com o Estado NR onde a SST estará implantando o sistema que possibilitará o cofinanciamento fundo a fundo regular e automático com o monitoramento da execução dos serviços, possibilitando a vigilância dados para análise. Está sendo organizado espaço na plataforma do governo estadual catarinense para a importação dos dados do MDS para ser possível a implantação total do referido sistema.

Após explanações foram feitos alguns questionamentos e informações:

1. Prazo do PMAS: questionou-se sobre o conteúdo do documento enviado pelo Estado onde retira o prazo de envio do Plano Municipal pelos municípios, porém não define novo prazo. Ismael destacou que o documento deveria ter vindo com data e iria rever na diretoria. Os integrantes do colegiado geriram para final de fevereiro/2018.
2. Como está a Lei do FEAS, quais os problemas na demora da sua aprovação: Ismael informou que a Lei esta na Casa Civil e que há alguns entraves quanto ao entendimento da Fazenda que não concorda com instituir um percentual mínimo do orçamento para a Política de Assistência Social devido não haver instituída Lei Nacional que indique essa obrigatoriedade.
3. Abordado por Ismael sobre a vinda do Ministro de Desenvolvimento Social em Santa Catarina que explanou sobre o Programa Criança Feliz e a abertura de nova adesão, tendo em vista que o Estado não aderiu, bem como a grande maioria dos municípios catarinenses. Destacando o quão foi difícil a fala dele, enquanto Presidente do CEAS, sobre as questões apontadas no programa que desvirtuam das prerrogativas da política de assistência social trazendo uma lógica assistencialista e com ações que competem a política de saúde.

Obs.: O Presidente Santiago se ausenta neste momento, para cumprir outra agenda e a Vice Presidente Patrícia assume a condução dos trabalhos.

4. Destaque para Audiência Pública em Defesa do SUAS, a ser realizada na ALESC em 28.11.17. Patrícia mobiliza o Colegiado para estarem presentes na audiência com técnicos e conselheiros municipais de assistência social para apoiarem essa ação importante na luta em frear as tentativas de retrocesso da política com a redução drástica do orçamento da União ao Ministério de Desenvolvimento Social. Informa ainda, que Blumenau estará participando com a ida de aproximadamente 45 pessoas (gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros de assistência social).
5. Pacto de Aprimoramento 2018-2021: solicitado ao Estado que leve a CIT a discussão sobre os números apresentados pelo IBGE quanto a quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, números estes que destoam do identificado pelos municípios e que estão estabelecidos como meta a ser atingida no Pacto. Ainda como tema para CIT

questionar quanto ao prazo de até 2017, instituído aos municípios, para o reordenamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, solicitando a ampliação.

Encaminhamento: Ofício a ser encaminhado ao COEGEMAS.

6. Solicitado ao Estado que auxilie os municípios com materiais de divulgação dos serviços executados e seus respectivos equipamentos, com a formatação metodológica e conteúdo organizado pela equipe técnica da SST/SC. **Encaminhamento:** Ofício a ser encaminhado ao COEGEMAS.

7. Solicitado que seja normatizada, pelo Estado, a Regionalização do Serviço de Acolhimento.

Encaminhamento: Ofício a ser encaminhado ao COEGEMAS.

Após as explanações e debates a Vice Presidente Patrícia destaca o quanto relevante é a parceria, o debate e a construção conjunta entre Estado e Municípios para a política, agradecendo a participação de Ismael que se colou a disposição para continuar esse trabalho, pois sua proposta é estar junto as 21 microrregiões em 2018.

3. Avaliação do evento Roda de Conversa: a intersetorialidade e o trabalho social com famílias.

Pelo adiantado da hora esse item será abordado na primeira reunião de 2018 sendo feito o seguinte **Encaminhamento:** Que a AMMVI envie aos municípios, que participaram da Roda de Conversa, a solicitação de avaliação.

Situação: em aberto

4. Informações sobre o planejamento 2018.

Proposta em manter para o mês de fevereiro/2018, quando será a primeira reunião do Colegiado, o mesmo dia da semana para definirmos e aprovarmos o calendário 2018.

Situação: em aberto

5. Informes.

- Será realizada uma pesquisa junto aos municípios do Colegiado referente Benefícios Eventuais e Transferência de Renda executados com recursos próprios;
- O convite enviado pelo MDS aos Prefeitos e Secretários Municipais de Assistência Social para participarem em Florianópolis sobre o Programa Criança Feliz: O Ministro de Desenvolvimento Social citou pesquisas fundamentadas de que na primeira infância se forma a integralidade da criança, informações a respeito do valor por criança atendida que foi ampliado e destacou a preocupação com SC e MG como os Estados que “afrentaram politicamente” a adesão do programa e não como proposição de ação de política pública; Referente a avaliação da XI Conferência Estadual de Assistência social será inserida na pauta da próxima reunião. **Situação:** em aberto

OBS: Próxima reunião do colegiado será em fevereiro/2018, no município de Blumenau.

Relatora: Maria Eunice Malacarne Bernat